ATA DO CONSELHO FISCAL DO APARECIDAPREV
SOBRE INFORMAÇÕES DA COMPETENCIA FEVEREIRO DE 2025

Os membros do Conselho Fiscal do Aparecidaprev, nomeados pelo Decreto "N" nº 649 de 14 de agosto de 2024, se reuniram nesta data, 27 de março de 2025 às oito horas e trinta minutos, na sede do Instituto de Previdência, para receber e acompanhar as informações sobre a gestão do Instituto. A presente reunião tem como pauta os seguintes assuntos: apresentação dos dados financeiros do mês de fevereiro de 2025 do Instituto; apresentação, análise, apreciação para aprovação dos resultados da carteira de aplicações financeiras de fevereiro de 2025; outros assuntos correlatos.Antes de iniciar a reunião foram entregues ao Conselho Fiscal os seguintes relatórios: Relatório de investimentos do Instituto referente ao resultado do mês de fevereiro/2025; relatório gerencial contendo informações de natureza administrativa e financeira do Institutoda competência fevereiro de 2025, comparativo da receita prevista com a arrecadada, demonstrativo da despesa orçamentária autorizada com a realizada por categoria econômica e elemento de despesa-Anexo 02 e também relatório comparativo da despesa autorizada com a realizada – Anexo XI. O presidente do conselho após confirmação de quórum declarou aberta a reunião e passou a palavra ao consultor financeiro da Sete Capital, sr. Reiter. Em ato contínuopassou-se a análise dos investimentos do Instituto, que passaremos a comentar, iniciando pelo relatório de investimentos. Foi demonstrada uma rentabilidade no mês de fevereiro de 0,93% acumulando2,13% no ano. A meta para o mês era 1,75% com meta acumulada de 2,38%.A rentabilidade mensal, bem como a acumulada, ficouabaixo da meta. O valor total do patrimônio financeiro em investimentos do Instituto até no mês de fevereiro foi de R$ 897.634.372,06(oitocentos e noventae sete milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, trezentos e setenta e doisreais e seis centavos)resultando numa rentabilidade de R$ 8.011.830,39(oitomilhões, onzemil, oitocentos e trinta reais e trinta e novecentavos). Do valor total de patrimônio investido, R$ 27.248.113,44 (vinte sete milhões, duzentos e quarenta e oito mil, cento e trezereais e quarenta e quatro centavos) são recursos da taxa administrativa, inclusive os recursos em disponibilidade no montante de R$ 122.661,95 (cento e vinte dois mil, seiscentos e sessenta e um reais e noventa e cinco centavos). O consultor discorreu sobre o cenário econômico explicando a perspectiva de aumento de juros com cenário de inflação para o exercício atual e seguinte.Foi demonstrado ainda no relatório informações quanto ao enquadramento da carteira de investimentos nos termos da Resolução 4.963/2021, contendo todos os investimentos e seus respectivos enquadramentos dentro dos limites autorizados pela resolução e pela política de investimentos do Instituto. Em seguida, passou-se a palavra ao diretor financeiro Kayo Eduardo para iniciar a exposição das informações financeiras e administrativas do Instituto. O relatório apresenta informações sobre a evolução do patrimônio, rentabilidade e retorno da carteira de investimentos, detalhamento da receita de contribuições previdenciárias funcional patronal, e outras receitas referente a 5.711 servidores contribuintes, resultando num montante de R$ 18.399.407,77 (dezoito milhões, trezentos e noventa e nove mil, quatrocentos e sete reais e setenta e sete centavos). Foi demonstrado ainda o detalhamento das despesas custeadas com a taxa administrativa. Demonstrado ainda as despesas previdenciárias, sendo um total de R$ 4.340.237,39 referente a aposentadoria (1208 beneficiários), pensão por morte (308 beneficiários) e salário família (2 beneficiários).Foi

apresentado também um demonstrativo das obrigações de prestar informações junto aos órgãos fiscalizadores, principalmente junto ao Ministério da Previdência. Quanto ao CRP foi que venceu em 22/02/2025 foi esclarecido que não foi possível ainda a regularização, pois a documentação entregue para cumprimento das exigências, porém ainda está em análise. Outro ponto que causa pendência na CRP depende de o município enviar a matriz de saldos contábeis e DCA para a Secretaria do Tesouro Nacional, porém o município ainda está trabalhando pra cumprir as exigências. A presidente do Instituto pede a palavra para entregar ao Presidente do CMP ofício 248/2025 interpelando a respeito dos investimentos no Banco Master, solicitando que seja informado pelo conselho as providencias que foram tomadas a respeito do ocorrido. Diante da necessidade de discussão do assunto o presidente do conselho já deixa convocados para sessão extraordinária na semana seguinte. A presidente comunica que o Conselho fará relatório analítico das informações recebidas, de forma a contribuir com as prestações de contas do Instituto, junto aos órgãos fiscalizadores.Sendo só para o momento, a Presidente encerra a presente ata, que segue assinada pelos membros presentes.

Alzeni Cardoso de Cirqueira
Pres. Do Conselho Fiscal

Jean Jacques Martins Bastos
Membro do Conselho Fiscal

Clayton Cesar Silva
Membro do Conselho Fiscal